



## MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Secretaria de Governo Digital

Departamento de Gestão de Recursos de Tecnologia da Informação

Coordenação-Geral de Normas e Análise de Aquisições de Tecnologia da Informação e Comunicação

### ANEXO II

#### TERMO DE ADESÃO AO ACORDO

1. O presente Termo de Adesão refere-se ao Acordo Corporativo nº 10/2021 firmado entre a União, por intermédio da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, doravante denominada SGD/MGI, e do outro lado a empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, doravante designada simplesmente Oracle, conforme processo administrativo SEI-MGI nº 19974.101871/2021-01.

2. Considerando que:

2.1. A SGD/MGI é o Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de tecnologia da informação da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal;

2.2. A Oracle do Brasil Sistemas Ltda é subsidiária da Oracle Corporation, fabricante e proprietária exclusiva de diversos produtos e serviços que são utilizados pelos Órgãos e Entidades do SISP;

2.3. O Acordo Corporativo nº 10/2021 permite a aderência de empresas estatais e órgãos dos outros poderes federais a este Acordo mediante solicitação e prévia aceitação da Oracle, por meio da assinatura deste Termo de Adesão ao Acordo.

3. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Órgão Aderente) resolve nesta data celebrar o presente Termo de Adesão ao Acordo SGD/MGI-Oracle, acordando em respeitar as cláusulas e condições comerciais a seguir previstas:

3.1. Pelo presente Termo de Adesão ao Acordo SGD/MGI-Oracle, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná acata totalmente as condições gerais por meio das quais deverá utilizar os valores de referência estabelecidos em conformidade com os termos e condições do Acordo SGD/MGI-Oracle em processos de compra específicos para a aquisição de quaisquer produtos ou serviços Oracle previstos e descritos no Anexo I do Acordo SGD/MGI-Oracle.

3.2. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reconhece e concorda que a assinatura e celebração deste Termo de Adesão não obriga, direta ou indiretamente, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a celebrar qualquer contrato para a aquisição ou fornecimento de licenças ou serviços com a Oracle e mantém sua liberdade de utilizar outros instrumentos para contratação de licenças Oracle,

respeitada a legislação em vigor.

3.3. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reconhece e concorda que a Oracle adota majoritariamente no Brasil o modelo indireto de vendas, sendo que neste, os atos comerciais relativos à comercialização dos produtos e serviços Oracle são realizados por revendas autorizadas independentes e autônomas. Desta forma, no modelo indireto, são as referidas revendas que efetivamente apresentam as propostas de preço nas licitações públicas para fornecimento de bens e serviços às organizações governamentais no Brasil, levando em consideração os tributos aplicáveis, custos e outros elementos para, a seu critério, compor os preços a serem praticados, sendo certo que as referidas revendas apresentarão suas propostas de forma individual e independente, sem qualquer interferência ou influência da Oracle em sua composição, durante os processos licitatórios.

3.4. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reconhece e concorda que a aderência a este Acordo Corporativo não afasta a necessidade do cumprimento de suas obrigações legais e normativas aplicáveis para a realização de contratações a partir de sua necessidade, incluindo, mas não se limitando a, obrigações de realização de concorrência, quando aplicáveis. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná também reconhece e concorda que deve realizar os estudos técnicos preliminares, analisando soluções alternativas e demais orientações previstas nas leis e normas que regem as contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação.

3.5. Na hipótese de o Órgão Aderente ser uma empresa estatal, caso o Órgão Aderente deixe de ser empresa de controle societário majoritário do Poder Público, sua adesão ao presente Acordo fica imediatamente extinta a partir da formalização do respectivo ato societário.

3.6. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reconhece e concorda que os produtos e serviços Oracle abrangidos pelo Acordo ora aderido limitam-se àqueles previstos e descritos no Anexo I, que somente poderá ser modificado mediante negociação entre a SGD/MGI e a Oracle.

3.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reconhece e concorda que os termos e condições deste Acordo não serão aplicados nas renovações de contratos de suporte técnico e atualização tecnológica decorrentes de contratos de licenciamento firmados antes do presente Acordo.

3.8. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reconhece e concorda que não se aplicam os termos e condições deste Acordo aos acréscimos e supressões previstos no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de contratos celebrados antes do presente Acordo, salvo mediante negociação exclusiva entre contratada e contratante.

E assim, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo de Adesão.

<b>SGD/MGI</b>	<b>Oracle do Brasil Sistemas Ltda.</b>	<b>Tribunal de Justiça do Estado do Paraná</b>

Assinatura <b>LUANNA SANT'ANNA RONCARATTI</b> Secretária de Governo Digital Substituta	Assinatura <b>TONY GOMES TONETE</b> Procurador	Assinatura <b>LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN</b> Presidente
---	--	--



Documento assinado eletronicamente por **Luanna Sant Anna Roncaratti, Secretário(a) Substituto(a)**, em 22/02/2023, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tony Gomes Tonete, Usuário Externo**, em 23/02/2023, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN, Usuário Externo**, em 18/04/2023, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **31715651** e o código CRC **C2084DAF**.